

O governo ficou fora da lei

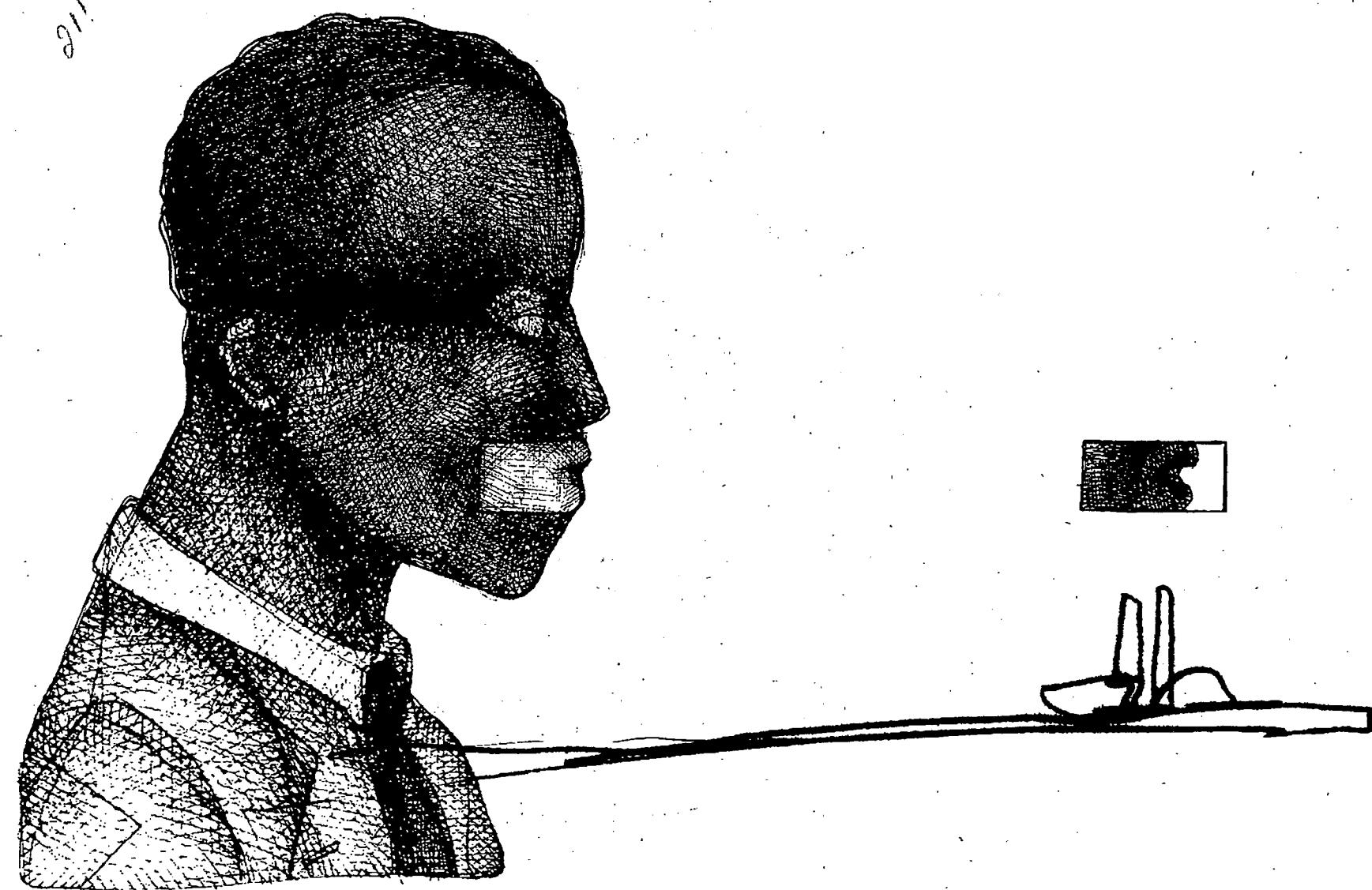
JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES

Para formar um juízo no debate sobre as relações raciais no Brasil, convém procurar resposta para a seguinte pergunta: no país que queremos deixar para as gerações seguintes, características raciais devem ser tomadas como coisas socialmente relevantes e influir nas chances que a vida proporciona a cada um?

A maior parte de nós responderia que não, pois é antiga a nossa tradição de procurar desqualificar a "raça" como um critério legítimo de diferenciação entre as pessoas. Essa tradição vem dos tempos coloniais e escravocratas, quando não era preciso ser branco para ser livre ou ser senhor de escravos e a miscigenação ocorria em larga escala. Numa sociedade onde o que valia mesmo era possuir escravos, muito cedo cor e raça não puderam mais ser os critérios de discriminação. Possivelmente, este legado nos vem sobretudo dos africanos e descendentes, os mais interessados no assunto. De toda forma, a sem-cerimônia com que todas as "raças" se encontravam na arte de explorar o trabalho escravo enfraqueceu irremediavelmente sentimentos de identidade racial. Tudo que veio depois — abolição, industrialização, urbanização — se conformou, mal ou bem, a essa tradição.

Hoje em dia, a valorização de um jeito a-racial de levar a vida está por um fio. Bom exemplo disso é a criação da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O entendimento da secretaria é que opera no Brasil um sistema de classificação das pessoas, racial, que discrimina e exclui, sistematicamente, o negro. Tal sistema seria operado pelos brancos (ajudados por negros alienados), sendo parte dele a "ideologia do embranquecimento", que busca destruir a auto-estima dos negros.

Mesmo que as estatísticas estivessem sendo corretamente inter-



pretadas (e não estão), mesmo que tal sistema existisse, com o poder que dizem ter, a solução mais sensata seria procurar enfraquecer-lo, destruí-lo e cuidar para que nunca mais voltassem a existir "sistemas" que discriminem as pessoas por critérios raciais. Porque eles são pura desinteligência e se prestam a toda sorte de crueldades. A solução buscada, no entanto, é criar e fortalecer o orgulho racial, sentimento que precede o ódio ou nasce junto com ele.

A interpretação racialista vê um país que ou é preto ou é branco, embora o Brasil seja generalizada-

mente miscigenado. Ignora as particularidades históricas da sociedade brasileira e despreza a inteligência e do talento alheio. O povo brasileiro inventou centenas de autodenominações para fugir de classificações raciais rígidas e a essa verdadeira obra de arte coletiva dá-se o nome de alienação.

A Secretaria da Igualdade Racial (parece a novilíngua orwelliana) tem uma página na internet que bem podia ser enquadrada no crime de apologia ao racismo. Um entrevistado, após caluniar muitos, faz o prognóstico de que vai crescer a tensão racial no Brasil, pois, do contrário, os negros não

vão conseguir se libertar do jugo dos brancos. E conclama: "Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso traír os brancos, dizer que somos racistas." Qualquer um pode se achar branco e racista e anunciar isso ao mundo, mas ninguém pode fazer a apologia do enfrentamento racial, pois a lei proíbe. A secretaria põe o governo fora da lei.

Os escravos deixaram por herança coisas intangíveis e coisas tangíveis. Seria bom que as primeiras fossem deixadas em paz e que se cuidasse das segundas. A Igreja de São José do Queimado, por exemplo, cuja história está li-

gada a uma importante rebelião de escravos, ocorrida em 1849, no Espírito Santo, continua caindo. Tem apenas as duas paredes laterais em pé, amarradas por um fio de aço. Alguém devia tomar uma providência. Depois que tudo for ao chão vai ser muito mais difícil conservar, naquele lugar, a lembrança das lutas dos escravos. Que não eram apenas por liberdade, mas também por tolerância e inteligência, coisas que nem sempre são fáceis de achar no mundo, em qualquer tempo.

JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES é professor de história do Brasil da Uerj.